

## **Supervisão e Ato Analítico<sup>1</sup>**

**Carlos Henrique Kessler**

Quando procuramos trabalhar o tema da formação, encontramos inquietantes formulações propostas por Lacan. Notória é sua manifestação de que só conhece formações... do inconsciente. Sobre a transmissão, no encerramento do Congresso dedicado a esse tema, Lacan (1995) colocou que não existiria transmissão. Quando é um pouco mais ameno, sugere que o que se transmite é a castração... Mas isso seria um outro texto. Vamos aqui buscar contribuir trazendo alguns elementos para refletir sobre a supervisão, tema que estivemos trabalhando nestes últimos anos (Kessler, 2009).

### **Tópicos acerca da Supervisão/Controle**

Mesmo compondo um dos três componentes consagrados como indispensáveis à formação e prática analíticas, a supervisão, surpreendentemente, não é trabalhada teoricamente na mesma proporção. O material bibliográfico que se consegue localizar muitas vezes é o produzido no contexto de mesas redondas em eventos, as quais, por sua vez, levam a outros materiais de referência. Vejamos então como isto se apresenta, partindo de Freud, Lacan.

Freud e seu entorno

Uma primeira menção da expressão '*Kontrolle*' é encontrada no texto de Freud (1919/1976) sobre o ensino da psicanálise nas universidades. Encontramos neste texto a formulação do consagrado tripé da formação analítica. Diversos autores localizam a origem da supervisão em momentos informais, ainda não pré-definidos como tais: Breuer relatava seu trabalho a Freud; Freud descrevia a Fliess o andamento de seus atendimentos; Freud reunia-se às quartas-feiras com discípulos; Jung, em sua correspondência com Freud; ao tratamento do pequeno Hans, conduzido por seu pai. Isto seguiria até nossos dias. O analista demandaria sempre a um outro a escuta de seu ato. Freud teria introduzido a noção de formação mais próxima da idéia de uma interrogação, crítica de si – colocando o acento no analista enquanto sujeito e propondo como solução a análise do próprio analista – que da noção de modelo, que acabou por prevalecer. O foco seria no manejo da transferência e de como o analista vai contra a transferência, por emergir, enquanto sujeito, na situação analítica.

---

<sup>1</sup> Esse texto baseia-se em material elaborado para capítulo de minha Tese de Doutorado, produzida sob orientação de Anna Carolina Lo Bianco, no Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ, com apoio Capes-Picdt. e Cnpq-SWE.

Publicado originalmente no Correio da Appoa, n.186.

Hélène Deutsch, em 1927, situa que a supervisão foi extraída de um modelo de ramificações médicas, viabilizando uma experiência prática com pacientes, mesmo que excluída a presença destes. Ela já indicava o paradoxo da dupla tarefa imposta aos didatas: terapeuta e professor. É igualmente sensível a uma outra dificuldade: a de que o supervisando não é transparente, o que coloca obstáculo a qualquer objetivo de “analisar o paciente invisível” (Deutsch, 1960/2001, p. 69).

É a partir da fundação da Policlínica de Berlim que se estabelece a supervisão como necessária aos novos analistas. Ela foi tornada prática obrigatória por Max Eitingon, em Congresso da IPA de 1925. Em 1930, a publicação do relatório do Instituto de Berlim (Colonomos et alli, 1985) leva a IPA a normatizar e burocratizar a formação do analista. Dessa forma, inverte-se o processo: enquanto na origem era o de uma demanda do analista de prestar contas de seu ato, passa a ter referência no discurso médico/universitário, na forma da burocracia institucional. Lacan, ao final da década de 40, viria combater estas normas, propondo distinguir a ordem psicanalítica, da institucional.

Leclaire (1991) distingue três correntes na prática do controle. Uma primeira, desenvolvida em Berlim, segue o modelo médico e serve de referência na IPA. Deveria permitir evitar erros clínicos. Outra posição deriva de Budapeste e considera o controle uma continuação, sob outra forma, da análise. São duas concepções opostas, numa temos o controle de uma análise, na outra a análise do candidato em controle. Os trabalhos de Lacan e seus alunos vêm trazer inspiração ao debate, pois, se o passe é o momento de báscula onde se fixa o nascimento do desejo do analista como desejo, o controle permitiria ver em que condição opera este desejo.

#### Lacan e alguns de seus comentadores

Para Lacan, a supervisão se imporia ao praticante por efeitos de sua análise. O sujeito deixaria de estar alienado nas normas estabelecidas, impondo-se a responsabilidade de que assumisse os riscos de sua prática.

Em dezembro de 1975, no auditório da *Columbia University*, Lacan coloca como contraponto à expressão supervisão, a de ‘super-audição’. Destaca aqui a dimensão de palavra, a escutar/dizer, e não para ver. Pouco adiante, vai agregar:

“esta famosa *supervisão*... que... nós chamamos em francês simplesmente de um *controle* (o que não quer dizer, é claro, que nós criamos controlar alguém). Eu, freqüentemente, nos meus controles – no início deles ao menos –, eu encorajo geralmente o analista... a seguir seu movimento. Eu não penso que seja sem razão que ... alguém vem lhe contar qualquer coisa... alguém lhe diz que ele é um analista...” (Lacan, 1976, p. 46).

No Seminário 23, Lacan (2007) vai mencionar que, em uma primeira etapa, os supervisandos seriam como os rinocerontes (animais que atacam às cegas, guiados por suas orelhas). Em uma segunda

etapa, procuraria jogar com o equívoco. Importa poder se desapegar do relato do caso, para que ali se abra um intervalo onde algo vá se produzindo. A esse respeito, Lacan (1983) já havia feito um comentário em seu primeiro seminário, relatando dizer a seus supervisandos que sempre evitassem entender demasiadamente. No seminário 10 (Lacan, 2005), vai caracterizar o controle como possuindo uma dimensão de ação, mediante a qual faz aparecer, como no clarão de um relâmpago, o que possa ser possível de captar mais além dos limites do saber. Na ata de fundação da Escola Freudiana de Paris, em 1964 (Lacan, 2003), o controle é situado como garantia a ser dada pela instituição ao analista em formação e também para proteção dos que seriam os pacientes.

Em relação às diferentes e sucessivas denominações que tomou – apesar da colocação de Roudinesco & Plon (1998) de que a palavra “controle” teria se imposto em alemão e depois, pela influência de Lacan, em francês e espanhol, enquanto “supervisão” teria substituído a palavra alemã nos países anglófonos pela influência da *American Psychoanalytical Association* – Lacan manifestou em pelo menos dois momentos o seu desconforto. No discurso de Roma, Lacan (1998) já explicitara que o termo controle era vantajosamente substituído, em Inglês, por supervisão. E na conferência na *Columbia University* vimos como ele mais uma vez expressa seu embaraço, dizendo que não se trata de controlar ninguém. O único consenso entre os analistas que talvez se encontre aqui é o de que todas expressões utilizadas apresentam problemas e/ou restrições: controle, análise de controle, supervisão, análise quarta, análise assistida, análise referida...

Um trabalho publicado na Revista Scilicet<sup>2</sup> ressalta que não existe essência do psicanalista, alguém será analista apenas na situação analítica, constituído pelo analisante, o qual por sua vez também só pode reconhecer-se como tal na medida em que seja a um psicanalista que ele fale. O controle interviria como elemento perturbador, permitindo ao analista retomar o lugar de analisante frente a outro analista, impedindo assim um jogo de reconhecimento mútuo analista-analisante. O papel do controlador/supervisor seria o do narrador, aquele que não está na cena, mas que coloca as questões que sejam pertinentes.

Safouan (1975) fez uma intervenção na Escola Freudiana de Paris que veio a se tornar uma referência no tema. Salienta a dimensão terceira da supervisão. Ele sublinha que no controle a dimensão do ser do analista não pode ser desconsiderada. É essencial que o desejo do analista, enquanto desejo de agarrar a oportunidade<sup>3</sup> seja afirmado, ao menos do lado do analista controlador, viabilizando assim que não se deixe escapar a ocasião de penetrar no território das transferências.

Zuberman (2008) também leva em consideração a intervenção de Safouan. Na análise de controle, deve-se deixar tramitar a letra naquilo que se diz, e não nos conhecimentos teóricos ou na experiência anterior que se possa ter; o resto que perturba o analista. Por outro lado, chama a atenção para o que possa haver também de resistência no analista controlador. Na mesma

---

<sup>2</sup> artigo publicado, segundo a proposição de Lacan para esta revista, sem indicação de autoria. Em Jorge & Costa (2005) este texto é atribuído à Clavreul.

<sup>3</sup> *saisir l'occasion*, no original. Literalmente, agarrar, prender a ocasião.

oportunidade, Vegh (2005) busca formular razões da necessidade da análise de controle na formação do analista. Algumas seriam contingentes, como, por exemplo, o acompanhamento do jovem analista que ainda não concluiu a análise. A razão estrutural da supervisão associa-se a que sempre, mesmo após a conclusão da análise, resta algo que falha e que se resolve somente no real. Jerusalinsky (2005) concorda com isto e propõe que a supervisão indica a existência de lacunas, não apenas na fala, mas também na escuta. Incidindo na resistência do analista, é prática necessária a todo analista, não apenas aos aprendizes. Brasil (2005) aponta que o impossível de dizer que resta em toda análise encontra, na supervisão, uma via de produção, fazendo com que se deva procurá-la particularmente quando se supõe saber tudo o que o paciente vai dizer. Hoffmann (1996) situa a função terceira naquele que está em função de controlador, enquanto subjetividade secundária. Na medida em que seja tomado como uma instância, dentro do registro simbólico delimitado pela formação analítica, do Outro, poderá ler o que o analista em controle terá lido no que ouviu.

Temos aí alguns elementos para um mapeamento inicial. Vamos agora buscar interrogar a supervisão a partir especialmente do que pudemos colher em três seminários de Lacan.

### **Fazendo uso das ferramentas**

Lacan, no seminário 15, sobre o ato analítico, vai sinalizar que a passagem à condição de analista se dá como efeito da análise do sujeito. Assim, esta condição de “tendo sido psicanalisante” (Lacan, 1967-8, p. 246) o torna um sujeito “prevenido” de que não pode se considerar como constituinte, causador, de sua própria ação. Ora, isto implicaria que a causa, alhures – em consonância com o estabelecido no Seminário 10, sobre a angústia –, está em *a*.

Cabe aqui lembrar o assinalamento que efetuamos sobre a radicalidade da proposição do objeto *a*: objeto perdido no momento mesmo que se constitui o sujeito, resto que resiste à assimilação significativa e que segue, desde então, como causa de seu desejo.

É neste lugar que o analista se manterá, escutando dali o que lhe demandem – seja um saber, seja uma mestria – e, ‘estando prevenido’, buscará produzir uma torção, uma inflexão no discurso que esteja em jogo. É advertido disto que serão estabelecidas as diferentes possibilidades de intervenção, fazendo-se necessário que cada psicanalista reinvente a psicanálise, a partir do que ele extrair do fato de ter sido, durante algum tempo, psicanalisante.

Esta posição do analista se determina por um ato daquele que no fim de sua própria análise aceita o desafio de voltar a restaurar o sujeito suposto saber. Lacan aponta que o ato é o que constitui um começo, lá onde não havia um. Isto também nos leva ao desejo do analista, outro importante tema, muito abordado no Seminário 10. Ora, o desejo do analista não poderia senão implicar no discurso do psicanalista! Na supervisão, portanto, tratar-se-ia de estar prevenido quanto a isto, em vez de se dedicar a pensar se o paciente melhorou ou não, e quanto.

Cabe ao supervisor portar-se, eticamente, à altura da responsabilidade em jogo, encontrando vias de trabalhar frente aos tantos impasses e impossíveis interpostos na situação. Frente ao impossível, resta o ato. Lidar teoricamente com este impossível permite não só precisar o que se dá ali, mas sair desses embaraços. Servindo-nos então das ferramentas dos quatro discursos propostos no seminário 17, na supervisão podemos receber uma demanda de mestria, de saber, ou podemos estar frente a um momento de divisão do sujeito. A partir daí esboçam-se diferentes variações. Conforme a circunstância clínica o determinar, teríamos um trânsito entre os discursos. Podemos pensar em intervenções pautadas por cada um deles. E quais seriam, nessa perspectiva, os elementos ocupantes dos lugares? Qual o discurso de que se trata?

Já o supervisor, em "tendo sido analisante" poderá, advertido, redirecionar esta demanda, imprimindo uma torção no discurso, para aquele no qual o *a* está como causa (do desejo). O agente que está no comando, o maestro, o regente do concerto de todos estes discursos, é o *a*, ali posicionado por alguém prevenido pela experiência de ter sido analisante. As intervenções podem seguir os vários discursos, mas em momentos pontuais – e também cruciais – a marca desse resto (*a*) que a experiência analítica deixa em cada um que por ela tenha passado vai se fazer presente (neste caso, por intermédio do supervisor) como sendo o agente do discurso. É este discurso, como referência de fundo, que os rege, articula, sustenta o/um tratamento e é o que toca a transmissão, enquanto permanece como a base de referência de um trabalho de psicanalista.

## **Finalizando**

Um dos consensos, não só entre Freud e Lacan, mas também entre vários outros analistas, é o de que cada analista deve inventar seu próprio estilo de intervenção. Não existem fórmulas prontas para fazer o sujeito passar a falar "o que lhe vem à cabeça", condição o mais próxima possível do sonhar (ou ao menos do devanear). Essa seria uma pré-condição para a emergência daquilo que concerne ao inconsciente, uma vez que, falando sem pensar previamente, se está confrontado ao inantecipável, ao que pode surpreender. Existem posições clássicas sobre procedimentos técnicos em relação a isso. Mas cada analista (aquele que se proponha a vir ocupar esta posição) necessita agenciar isto a seu próprio modo. Esta seria uma das formas de entender porque Lacan (2003b) escreveu que o analista não se autoriza a não ser de si mesmo sendo que, quando acrescenta que isto é com alguns outros, reforça a função necessária da supervisão.

Em nossa prática de supervisão sempre tem sido preocupação permanente que cada clínico crie seu próprio estilo de atender, se fazendo responsável por suas decisões, por mais incipientes que ainda sejam. Esta nos parece ser a forma de dar consequência ao que tanto Freud, quanto Lacan e tantos outros analistas, sempre deixaram bem claro: que o que propunham como forma de escutar era a sua solução, pessoal, singular, não devendo ser tomadas como modelo universal a ser copiado. Trata-se

de distinguir o que é contingente, decidido no momento do ato, na transferência, muitas vezes em aparente ruptura com as regras, daquilo que é estrutural na direção do tratamento. Nesse sentido, como ressaltou Robson Pereira (1998), é responsabilidade intransferível de cada clínico compor o contexto, a condição de possibilidade de, com seu estilo pessoal, dirigir um tratamento. E o supervisor tem aqui decisivo papel quando, como colocou Lacan, deve intervir na medida em que o analista se recuse ao ato. Assim, a resistência do psicanalista iria se manifestar caso ele se recuse ao ato. "O ato consiste em autorizar a tarefa psicanalisante" (Lacan, 1967-8, p. 140). Aqui vemos então outra possível intervenção do supervisor, prevenido de que não será através de uma comunicação, ensino de uma técnica, de um saber, que irá produzir uma inflexão no tratamento que vem a ser conduzido pelo clínico em supervisão.

Como coloca Safouan (1975), o desejo do analista se manifesta naquilo que traduzimos como agarrar a oportunidade, aproveitar a ocasião<sup>4</sup> em que o ato, como no clarão de um relâmpago, se apresenta, tendo em vista que sejamos prevenidos a partir da marca deixada pela experiência de ter sido analisante; e correndo o risco<sup>5</sup> que o ato implica, seja em uma análise, como também na supervisão. Não hesitar, conforme indicado por Hoffmann<sup>6</sup>. Enfim, como pronunciou Lacan, ter um desejo decidido.

---

<sup>4</sup> cf. n. rod. 3

<sup>5</sup> *prendre le risque*, no original

<sup>6</sup> comunicação pessoal

## Referências Bibliográficas

- Brasil, M. A. (2005) "Entrevista com Maria Ângela Brasil" in *Correio da APPOA*, 142, 12, Porto Alegre, p. 20-2.
- Colonomos, F et alli (1985) *On forme des psychanalystes. Rapport original sur les dix ans de l'Institut Psychanalytique de Berlin 1920-1930*. Paris, L'Espace Analythique, Denoël.
- Deutsch, H. (1960[1927]/2001) "Supervisão" In *Opção Lacaniana*, 31, São Paulo, p. 67-81.
- Freud, S. (1976) (1919/1976) "Sobre o ensino da psicanálise nas universidades", in *Edição standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, vol. XVII.
- Jerusalinsky, A. (2005) "Entrevista com Alfredo Jerusalinsky." in *Correio da Appoa*, 142, 12, Porto Alegre, p.17-9.
- Jorge, M.A.C. & Costa, T. (2005) "Entre supervisão e controle: a psicanálise no SPA da universidade. In: Altoé, S. & Lima, M. M. (orgs.) *Psicanálise, clínica e instituição*. Rio de Janeiro, Rios Ambiciosos.
- Kessler, C. H. (2009) A supervisão na clínica-escola: o ato no limite do discurso. Rio de Janeiro, PPG em Teoria Psicanalítica/UFRJ. *Tese de Doutorado*.
- Lacan, J. (1967-8) *O ato psicanalítico*. Publicação não comercial.
- \_\_\_\_\_. (1976) "Lê symptôme (Conférences et entretiens dans des universités nord-américaines – Columbia University)", in *Scilicet*, nº 6/7, Paris, déc, p. 42-52.
- \_\_\_\_\_. (1983) *O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*. RJ, Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1992) *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise 1969-1970*. RJ, Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1995) Conclusões – Congresso sobre a transmissão – Paris 6-9 de julho de 1978, in *Documentos para uma escola II – Lacan e o passe*. RJ, Letra freudiana, XIV, 0.
- \_\_\_\_\_. (1998) "Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise", in *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (2003) "Ato de fundação", in *Outros Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (2003b) "Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da escola", in *Outros Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (2005) *O seminário, livro 10: a angústia. 1962-3*. RJ, Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (2007) *O seminário, livro 23: o sinthoma. 1975-6*. RJ, Jorge Zahar.
- Leclaire, S. (1991) *État des lieux de la psychanalyse*. Paris, Albin Michel.
- Pereira, R. (1998) "O que é um psicanalista ou observações a respeito da instituição como terceiro", in *Ato e interpretação – Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*. Porto Alegre, n ° 14.
- Roudinesco, E. & Plon, M. (1998) "Supervisão", in *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Safouan, M. (1975) "Vers une théorie de la analyse du contrôle" in *Lettres de l'École Freudienne de Paris*, 16. p. 205-19

Safouan, M., Julien, P. & Hoffmann, C. (1996) *O mal estar na psicanálise*. Campinas, Papyrus.

Scilicet. (1976) "D'un discours à l'autre, l'institution dite du contrôle", in *Scilicet*, nº 6/7, déc. Paris, Seuil. p. 204-22.

Vegh, I. (2005) "A análise de controle", in *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre – Onde fala o analista*. Porto Alegre, Appoa, nº 29.

Zuberman, J. et al. (2008) *Análise de controle*. Porto Alegre, CMC.